

O Brasil busca sua esperança

PAULO R. HADDAD

Um fenômeno relativamente recente em nossa história é a marcante falta de esperança dos brasileiros com relação ao futuro do País. Um sentimento de desalento e de desconfiança invade os corações e as mentes de nosso povo e muitos começam a indagar sobre a nossa viabilidade num cenário mundial em que muitas nações se reorganizam politicamente para viver em ambiente solidamente democrático e reestruturam suas economias para se tornarem cada vez mais competitivas, mais inovadoras e mais progressistas.

Os sucessivos anos de recessão econômica estão nos levando a um profundo atraso tecnológico e aglomerando centenas de milhares de desempregados nos nossos principais centros metropolitanos, aos quais se adicionam mais de um milhão e meio de brasileiros que entram no mercado de trabalho durante cada ano. O fracasso das diversas experiências ortodoxas e heterodoxas no combate à inflação tem afastado a esperança de que poderemos viver em estabilidade econômica e nos induz a pensar que a cultura inflacionária seja inatingível pelos instrumentos de combate dos economistas. Num ambiente de incertezas e de insegurança, cada um vai desenvolvendo alguma estratégia de sobrevivência individual ou familiar para proteger seus níveis de emprego, de renda e de patrimônio.

Quais são as origens deste clima de falta de esperança, de desconfiança e de quebra de compromisso dos grupos sociais com o sentimento de progresso nos destinos do Brasil? Há, além do atraso econômico que nos acompanha desde os anos 80, dois fatores que estão pesando decididamente para formar este clima psicossocial de desalento e de descrença, particularmente para as camadas mais pobres de nossa população.

Em primeiro lugar, há uma crise de confiança em torno da moeda nacional. A moeda é a principal instituição de uma economia de mercado moderna. Para exercer suas funções, precisa dispor de capacidade para atuar como elemento privilegiado de elo entre o presente e o futuro, e para servir de eixo de apoio no cálculo econômico, envolvendo as expectativas e as escolhas individuais. Para fazer esta articulação no tempo, a moeda tem que dispor dos atributos da continuidade e da estabilidade.

Em regime de inflação crônica como o nosso, os movimentos frequentes de aceleração inflacionária produzem uma desorganização profunda de todas as referências dos valores econômicos, tanto na esfera pública quanto na esfera privada. Produtores e consumidores passam a viver relações interpessoais e intergrupais extremamente tensas, porque perdem a noção de preços relativos e da equivalência de valores.

As taxas elevadas de inflação contribuem, pois, para a generalização da desconfiança entre os cidadãos. Nesse sentido, num estado de inflação crônica, há uma permanente crise de sociabilidade.

Não é difícil perceber, pois, que uma das principais causas do espírito de desconfiança que avassalava o comportamento dos brasileiros tem muito a ver com a crise inflacionária, que durante mais de uma década vem abalando as relações contratuais entre empregados e empregadores, entre produtores e consumidores. De um lado, porque se desmoraliza a arte de calcular os custos e os benefícios do trabalho que se realiza e, do outro, porque não se tem segurança, no ato da troca, dos limites entre um bom negócio e a extorsão.

Se a inflação, em geral, tem a capacidade de gerar sentimentos de dúvidas e de desconfiança nos atos mais corriqueiros da vida econômica, transformando toda relação de troca de valores em atos suspeitos, no caso específico do Brasil, a inflação crônica ou a superinflação também transformou a moeda em um mecanismo a aprofundar as discriminações sociais no País.

Como se sabe, para proteger suas rendas e seus patrimônios, os diferentes grupos sociais, ao longo dos últimos 20 anos, foram encontrando formas de indexação de seus



AS TAXAS ELEVADAS DE INFLAÇÃO CONTRIBUEM PARA GENERALIZAR A DESCONFIANÇA ENTRE OS CIDADÃOS

contratos e de suas aplicações financeiras. A indexação, além de tentar manter o valor real nas relações das trocas sociais, consegue preservar, de alguma forma, a função da moeda como elemento regulador das incertezas no tempo.

Entretanto, a generalização da indexação nos levou a ter no País duas moedas diferentes: o cruzeiro e o cruzeiro indexado. No clube do cruzeiro indexado, há mecanismos de proteção diária da moeda contra a erosão inflacionária e, mesmo que as taxas de inflação se estabilizem em patamares muito elevados, os serviços que os mercados financeiros oferecem aos membros deste clube são cada vez mais sofisticados e capazes de praticamente eliminar a insegurança e as incertezas típicas de um quadro de violência inflacionária. A condição de entrada neste clube é a de dispor de excedentes financeiros para aplicações em escala mínima compatível com os seus custos de transação e de administração. Os membros deste clube da moeda indexada — em geral os brasileiros de renda média-alta e de renda alta — não somente conseguem preservar a reserva de valor do seu dinheiro e estabilizar as bases de suas relações contratuais mas também, com certa frequência, usufruem de taxas de juros reais entre as mais elevadas de toda a História da Humanidade. De certa forma, a existência desta posição privilegiada explica a atitude de razoável tolerância política das elites econômicas nacionais com relação à persistência de uma superinflação no País durante tantos e tantos anos.

Fora do clube, ficam os demais brasileiros — uma maioria superior

rem permanentemente sendo passados para trás pelo governo e pela sociedade? Como esperar que um trabalhador, após receber os seus salários, gastá-los em bens e serviços básicos com preços inflacionados e contabilizar uma perda real no seu nível de bem-estar econômico, não venha a romper gradativamente seus elos de solidariedade com as principais instituições nacionais, como a moeda, que deixam de ser elementos geradores da ordem e redutores das incertezas para aprofundar a sua marginalização social?

Se a moeda em regime de inflação crônica atua como uma alavanca a mais para promover a desorganização social, esta desorganização tem sido tanto mais inquietante quanto mais se degradam os níveis de pobreza no País. Houve momentos ainda recentes de nossa história em que a percepção do problema da pobreza se dava sob um prisma relativo. Chamávamos de pobres aqueles que, na camada inferior da distribuição de renda, tinham um padrão de vida que não se comparava ao dos membros melhor aquinhoados da nossa sociedade. A posição relativa das pessoas quanto aos recursos que detinham ou quanto à sua capacidade de consumo determinava se deveriam ser consideradas como pobres.

Após a Segunda Grande Guerra, com o avanço dos processos da industrialização pesada, da urbanização acelerada e da modernização excludente, foi crescendo o número de brasileiros que passaram a viver em situações críticas para a satisfação das necessidades básicas de nu-

FORA DO CLUBE DA INDEXAÇÃO FICAM OS 70% DOS BRASILEIROS QUE PAGAM O IMPOSTO INFLACIONÁRIO

a 70% da nossa população — que pagam efetivamente o imposto inflacionário, medido pela perda de poder de compra de mais de 1% ao dia sobre os saldos de seus rendimentos, desprotegidos contra qualquer movimento de alta inflacionária. Vivendo num ambiente de instabilidade monetária para administrar os orçamentos domésticos, estes brasileiros são permanentemente frustrados na realização de seus projetos de consumo e de investimento ao longo do tempo e vão acumulando perdas econômicas e desconfianças de estarem sendo sempre lesados.

Através da formação de duas moedas na economia, avança-se, assim, o aprofundamento da discriminação social contra os despossuídos financeiramente, de quem se cobra, através do imposto inflacionário, uma carga fiscal, dissimulada e injusta, muito além de sua capacidade contributiva.

Como esperar, pois, que estes milhões e milhões de brasileiros que transferem através dos custos dos serviços da dívida pública os seus poucos recursos para os detentores de moeda indexada não desenvolvam um intenso sentimento de egoísmo corporativo e de vantagens imediatistas, lado a lado, com um profundo sentimento de esta-

trição, habitação, educação e saúde. A percepção da pobreza passou a se dar sob o prisma absoluto; pobres vieram a ser aqueles que não conseguem padrões mínimos de satisfação de suas necessidades, definidos segundo valores universais adequados para o desenvolvimento do indivíduo enquanto pessoa humana e enquanto membro ativo de uma coletividade. Atualmente, mais de 30% dos brasileiros se encontram abaixo da linha da pobreza absoluta e, portanto, não dispõem de recursos para custear os valores monetários requeridos para a satisfação das necessidades que distinguem um animal de um ser humano.

Mas, apesar da gravidade desta crise social, o quadro de pobreza continua a se degradar no País. A recessão econômica que nos acompanha desde 1985 vem provocando dois movimentos avassaladores no aprofundamento e na abrangência da pobreza entre os brasileiros. O primeiro movimento atinge o crescente número daqueles que absolutamente passam a viver num contexto da pobreza denominada asiática, na qual deixam de existir as próprias bases da renda e do patrimônio familiar, ainda que em níveis ínfimos de pré-subsistência. Trata-se dos milhares de andarilhos

dos grande centros metropolitanos e das áreas rurais deprimidas para os quais o espaço habitacional são as ruas e as estradas, e o conteúdo nutricional vem das esmolas ou das sobras de alimentos nos lixos.

O segundo movimento do avanço da pobreza no Brasil abrange os segmentos urbanos da classe média, com o encurtamento das suas oportunidades no mercado de trabalho e com a crescente perda do seu poder aquisitivo pela erosão inflacionária; estes segmentos sociais vão se proletarizando, empurrados para as periferias das grandes cidades por causa dos crescentes custos habitacionais e sem possibilidades de usufruir de serviços públicos de saúde e educação de boa qualidade por causa da decadência na capacidade gestora do Estado.

Como esperar, pois, que estes brasileiros que se encontram abaixo da linha da indigência, que percebem que seus filhos tendem a ser tanto ou mais pobres que eles, que sentem os canais de mobilidade social entupidos pelos interesses de classe possam não configurar uma legião de desesperançados em relação ao País em que vivem? Como esperar que esta multidão de jovens e de crianças espalhadas pelas ruas possam ter a esperança de uma vida mais digna, se a própria tragédia do seu cotidiano é interrompida, com frequência, pela ação de exterminadores na calada da noite?

Os efeitos conjugados dos anos perdidos para a retomada do nosso crescimento econômico, do caráter socialmente discriminatório do processo de inflação crônica e da degradação dos níveis de pobreza tendem a impregnar os brasileiros de um espírito pessimista em relação ao futuro do País.

Entretanto, o Brasil, visto a partir de uma perspectiva histórica e da análise comparativa de diferentes variáveis estruturais, é o País que, no cenário internacional, parece estar mais vocacionado para um processo de crescimento sustentável ao longo dos próximos anos. Historicamente, do fim do século passado até 1980, antes de entrarmos na atual desordem econômica e social, o Brasil demonstrou ser uma nação orientada para o progresso ao crescer, durante quase cem anos, a uma taxa média de mais de 6% ao ano, num ritmo bem superior ao crescimento das atuais potências econômicas, no mesmo período.

Esta observação não deve nos conduzir a nenhum tipo de ufanismo ingênuo, pois, afinal, o tempo vai passando, os problemas econômicos e sociais se agravando e não estamos demonstrando nenhuma capacidade para criar condições para a liberação de nossas potencialidades de desenvolvimento. Promover transformações produtivas para recuperar vantagens competitivas no processo de globalização econômica, erradicar a pobreza absoluta como estigma de uma sociedade cruel e realizar um estilo de crescimento econômico compatível com a sustentação dos ecossistemas são tarefas interdependentes e de grande complexidade político-institucional que, certamente, não cabem dentro das limitações de lideranças políticas vocacionadas para o populismo e para o clientelismo, nem cabem dentro do comportamento dos diferentes grupos sociais viciados nas práticas de especular contra os interesses maiores da sociedade.

Não resta a menor dúvida de que a opinião pública brasileira, cansada de conviver com as mazelas da estagnação econômica, do empobrecimento crescente e da degradação ambiental, começa a se mobilizar politicamente, através de movimentos organizados da sociedade civil, a fim de que haja, durante os próximos anos, crescimento suficiente para atenuar os desequilíbrios sociais, transformação suficiente para modernizar o aparelho produtivo e harmonização suficiente para garantir um desenvolvimento sustentável.

O AUTOR

Paulo R. Haddad
foi ministro da
Fazenda no
início do governo
Itamar Franco

